



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**



## **A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIOS DE VIDA**

**EDUARDA CAROLINE ROLÃO**

**MARIANA**

**2026**

EDUARDA CAROLINE ROLÃO

## **A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TERRITÓRIOS DE VIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de administração da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Dra. Carolina Machado Saraiva

MARIANA

2026

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

R744a Rolao, Eduarda Caroline.  
A ampliação do conceito de territórios de vida. [manuscrito] / Eduarda Caroline Rolao. - 2026.  
33 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Administração .

1. Conflito social. 2. Governança pública. 3. Indígenas - América Latina. 4. Indígenas - Brasil. 5. Recursos naturais. 6. Sociologia ambiental. I. Saraiva, Carolina Machado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.4.05

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Eduarda Caroline Rolão**

**A Ampliação do Conceito de Territórios de Vida**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração.

Aprovada em 05 de março de 2026.

Membros da banca

Dra. - Carolina Machado Saraiva - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr. - Fábio Viana de Moura - Universidade Federal de Ouro Preto

Msc. - Ellen Barros e Prof. Bacharel - Universidade Federal de Ouro Preto

Esp. - Mateus Martins Modesto - Universidade Federal de Ouro Preto

Carolina Machado Saraiva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/03/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Machado Saraiva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/04/2026, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1084944** e o código CRC **7460644A**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.004165/2026-95

SEI nº 1084944

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163  
Telefone: (31)3557-3555 - [www.ufop.br](http://www.ufop.br)

## RESUMO

O presente estudo analisa o conceito de territórios de vida, formulado pelo ICCA Consortium em 2010, a partir de uma perspectiva crítica voltada aos conflitos socioambientais contemporâneos na América Latina, especialmente no contexto brasileiro. Parte-se do reconhecimento de que o conceito, embora relevante para a valorização da governança territorial comunitária, ainda apresenta limitações quanto à incorporação das dinâmicas estruturais do capitalismo e da globalização que tensionam esses territórios. O objetivo geral consiste em compreender como os territórios de vida se articulam com a análise crítica dos conflitos socioambientais, buscando ampliar sua base conceitual. Metodologicamente, realizou-se uma revisão de escopo fundamentada nas diretrizes do Joanna Briggs Institute, com análise qualitativa de natureza descritivo-interpretativa dos estudos selecionados. Os resultados evidenciaram três eixos centrais: a crítica à lógica capitalista como estruturante dos conflitos territoriais; os tensionamentos relacionados à autonomia e à governança das comunidades tradicionais; e os impactos ambientais do extrativismo contrapostos às práticas tradicionais de cuidado e preservação. Conclui-se que o conceito de territórios de vida, embora represente um avanço no reconhecimento internacional das territorialidades indígenas e tradicionais, necessita de ampliação crítica para incorporar as contradições históricas, políticas e socioambientais que atravessam esses espaços.

**Palavras-chave:** territórios de vida. conflitos socioambientais. governança territorial. povos indígenas. extrativismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento da incidência do termo “território” no Google Books Ngram Viewer (1800–2022) .....	15
Figura 2 - Fluxograma de seleção de artigos.....	16
Figura 3 - Elementos do conceito hegemônico de território de vida e suas dimensões.....	18
Figura 4 – Conceito de território de vida após a incorporação das vertentes críticas socioambientais analisadas.....	23

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ICCA	Indigenous and Community Conserved Areas
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IUCN	International Union for Conservation of Nature
JBI	Joanna Briggs Institute
PCC	População, Conceito e Contexto
PRISMA-ScR – Scoping Reviews	Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses
TICCA Tradicionais e Locais	Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
3.1 Delineamento.....	13
3.2 Formulação da Pergunta de Revisão de Escopo.....	13
3.3 Critérios de inclusão.....	13
3.4 Estratégia de busca.....	15
3.5 Seleção da fonte de evidência.....	16
3.6 Extração de dados.....	17
<b>4. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>17</b>
4.1 Análise temática do conceito de território de vida.....	17
4.2 Análise da literatura.....	18
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE A - Síntese dos 14 artigos selecionados para a análise final.....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos territórios de vida exige reconhecer sua dimensão simbólica, cultural e identitária, especialmente em comunidades tradicionais que constroem suas formas de existência em profunda relação com o espaço que ocupam. Desenvolvida pelo Consórcio ICCA, essa instituição define territórios de vida como “territórios e áreas governadas, administradas e conservadas por povos indígenas e por comunidades locais e tradicionais guardiãs” (SAJEVA; BORRINI-FEYERABEND; NIEDERBERGER, 2019, p. 5).

Nesse contexto, marcado pelo fortalecimento de debates internacionais e pela preocupação com a definição teórica e concreta dessa ideia, o conceito foi formalizado de maneira relativamente recente. Oficialmente estabelecido na Suíça em 2010, o Consórcio ICCA reúne atores indígenas e não indígenas que participaram ativamente de sua construção e caracteriza-se como uma organização da sociedade civil baseada em membros, com apoio de um secretariado semi-voluntário (VAZIRI ZANJANI et al., 2023).

Em relação a isso, é relevante ressaltar que o conceito dialoga com abordagens e debates desenvolvidos há décadas. Um exemplo relevante é a análise de Borrini-Feyerabend e Jaeger (2024), que demonstram como a noção de governança foi reformulada em 2003 a partir da observação das práticas e dos processos decisórios das comunidades indígenas, questionando a centralidade dos modelos modernos como referência universal. Além disso, os autores destacam que reflexões sobre vitalidade e vida, isto é, sobre o que é considerado efetivamente vivo em um território, já constituíam um campo de discussão anterior à elaboração oficial do sentido hegemônico.

Nesse sentido, é possível observar que essas abordagens anteriores constituíram a base para que o Consórcio ICCA definisse os elementos centrais do conceito. A definição proposta organiza-se em três dimensões fundamentais: primeiro, vínculos profundos entre a comunidade e seu território, incluindo práticas culturais, saberes tradicionais e relações com os recursos naturais; segundo, a centralidade da comunidade nos processos decisórios sobre o território e seus recursos; e, terceiro, a implementação de um sistema de governança orientado para a gestão responsável e sustentável dos ecossistemas e do patrimônio comunitário (SAJEVA; BORRINI-FEYERABEND; NIEDERBERGER, 2019).

Esses componentes não se apresentam de forma isolada, mas articulam-se de maneira interdependente, conformando um eixo comum orientado pela responsabilidade ambiental. Tal compreensão encontra respaldo em Santos (2009), ao mencionar que esses espaços são

aqueles onde se materializam as ações humanas e seus efeitos coletivos, de modo que seu uso torna-se indissociável não apenas das responsabilidades sociais, mas, sobretudo, das responsabilidades ecológicas que dele decorrem.

É no viés ambiental que se evidenciam pontos centrais de questionamento. Embora o conceito de territórios de vida apresente elevado rigor teórico, observa-se que o debate permanece ancorado em formulações hegemônicas, o que limita sua articulação com problemáticas contemporâneas urgentes. Nesse sentido, Maretti e Simões (2020) destacam oportunidades e avanços necessários a partir da incorporação de marcos legais e instrumentos normativos que fortalecem os direitos territoriais, apontando para a necessidade de superar leituras estritamente teóricas e avançar em análises situadas e politicamente engajadas.

Nessa perspectiva, para fins de destacar a relevância do questionamento apresentado, observa-se que a ausência de avanços críticos na definição do conceito agrava-se quando confrontada com exemplos atuais. Nesse sentido, evidencia-se o caso da contaminação por metais pesados entre os indígenas da Terra Indígena Xikrin do Cateté, no sudeste do Pará, que motivou uma ação do Ministério Público Federal contra a mineradora Vale (REDAÇÃO REVISTA AMAZÔNIA, 2025). Desse modo, esse episódio tensiona diretamente o conceito abordado e, sobretudo, aprofunda o debate ao evidenciar suas insuficiências frente às problemáticas relacionadas aos sistemas de produção modernos.

Diante desse contexto, o presente estudo busca compreender a seguinte questão: como o conceito de territórios de vida se relaciona com a análise crítica de conflitos socioambientais contemporâneos? Para responder a essa questão, define-se como objetivo geral analisar o conceito de territórios de vida para além das abordagens estritamente conceituais, incorporando perspectivas críticas latino-americanas, especialmente brasileiras, de modo a compreender tanto sua fundamentação teórica quanto suas implicações.

Para alcançar esse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender e apresentar os fundamentos teóricos do conceito de territórios de vida e de seus elementos centrais, garantindo uma base sólida para a análise do tema e sua aplicação em contextos atuais.
- Identificar e analisar as principais vertentes críticas que orientam os estudos sobre territórios de vida, com ênfase nas experiências latino-americanas, especialmente no contexto nacional brasileiro.

Nesse sentido, ao propor o avanço da base conceitual para discussões mais contestatórias, este estudo se justifica, entre outros aspectos, pelo rompimento com o

pacifismo ao qual o conceito se prende, evidenciando que tal pacifismo de caráter analítico tende a neutralizar demandas políticas e a ocultar relações estruturais de dominação. Desse modo, Freitas e Freitas (2021, p. 17) destacam que “a problematização das situações-limite promove o exercício de pensar diferentes existenciais, possibilitando que os sujeitos se aproximem de sua nova construção, singularizando o processo do qual extraem o problema”.

É na busca dessas novas construções que esta pesquisa também reafirma sua relevância ao adentrar o contexto das nações latino-americanas e do Sul Global, uma vez que tal perspectiva dialoga diretamente com povos historicamente invadidos. Dessa maneira, a CEPAL (2015) destaca que a situação contemporânea dos povos indígenas na América Latina resulta de um longo processo histórico de invasões, desterritorialização e desapropriação cultural, iniciado com a colonização europeia e aprofundado ao longo da formação dos Estados nacionais e dos atuais modelos de desenvolvimento.

Para responder à problemática proposta, realizou-se uma revisão de escopo fundamentada nas diretrizes metodológicas do Joanna Briggs Institute, com o objetivo de mapear e organizar a produção científica acerca do conceito de territórios de vida e suas articulações com conflitos socioambientais contemporâneos. A partir da constituição do corpus de estudos selecionados, procedeu-se a uma análise qualitativa de natureza descritivo-interpretativa, voltada à identificação de categorias temáticas recorrentes na literatura.

Os resultados evidenciaram três eixos centrais: a crítica à lógica capitalista como elemento estruturante dos conflitos territoriais; os tensionamentos relacionados à autonomia e à governança das comunidades tradicionais frente à expansão de modelos extrativistas e à insuficiência do reconhecimento estatal; e os impactos ambientais do extrativismo, contrapostos às práticas tradicionais de cuidado e preservação. Tais achados sustentam a necessidade de ampliação crítica do conceito hegemônico, evidenciando que, por se tratar de uma problemática atual e recorrente, deve ser reconhecida e incorporada também em sua formulação conceitual.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O primeiro enfoque no estudo dos territórios consiste em reconhecer que eles não se reduzem a meros espaços geográficos, ainda que essa compreensão seja obscurecida por lógicas de posse. Nesse sentido, Bonnemaïson e Cambrezy (1996) reforçam essa perspectiva

ao apontarem que o território representa, portanto, um elo identitário para o grupo, combinando de maneira inseparável elementos materiais e simbólicos, os quais implicam reconhecer que o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser.

Nesse contexto, não é possível determinar com precisão qual autor foi responsável por ampliar a noção de território para além do espaço físico. Ainda assim, o conceito pode ser analisado a partir de contribuições da literatura clássica e de suas retomadas na produção contemporânea. Isso é confirmado pelos estudos de Vasconcelos (2024), que descreve como o conceito de território foi recuperado da geografia clássica, adquirindo novos significados tanto na Geografia Crítica quanto nas correntes fenomenológicas da disciplina.

Embora não se possa atribuir a um único autor a formulação do território como espaço experiencial, Vasconcelos (2024) destaca Jean Gottmann como um dos primeiros geógrafos clássicos a tratar sistematicamente dessa discussão. Tal apontamento pode ser observado na obra de Gottmann (1973, p. 16), ao indicar que a palavra território deriva do latim *territorium*, formada por *terra* + *torium*, com dois significados: “pertencendo a” ou “em torno”.

A partir dessa compreensão etimológica, articulada à noção de que os espaços não se configuram apenas como expressões de soberania, mas como processos de construção territorial, Gottmann aproxima-se de debates que ganham maior densidade na literatura recente. Para o autor, o território constitui-se pela organização política do espaço e pelas formas de jurisdição que regulam o acesso e as trajetórias dos indivíduos, moldando suas experiências e práticas no lugar (GOTTMANN, 1973).

Essa formulação permite identificar, já nas contribuições do autor clássico, a incorporação da ideia de que o território é produzido por fluxos, movimentos e usos cotidianos do espaço. É nesse ponto que se insere a noção contemporânea de “circulação cotidiana”, desenvolvida por Farias e Lopes (2021), que propõem essa ideia como uma dimensão substancial da vida, forjada nas contradições sociais, políticas, subjetivas e culturais. Segundo os autores,

Essa dimensão da vida acontece na dialética social e pode ser compulsória (reduzida aos mecanismos de manutenção da opressão e do status quo) ou emancipatória (ligada ao desejo, à autonomia, ao alargamento das alternativas e à democratização da sociedade e de seus bens sociais) (FARIAS; LOPES, 2021, p. 1).

Dessa forma, o território pode ser compreendido como uma construção relacional e dinâmica, produzida nas práticas cotidianas, nas trajetórias e na circulação dos sujeitos no espaço. Essa leitura permite deslocar o debate de interpretações centradas exclusivamente no “ter”, e não no “ser”, evidenciando que o território se constitui também como experiência,

pertencimento e relação contínua com o ambiente, perspectiva que tem sido progressivamente fortalecida na literatura contemporânea.

A transição do conceito restrito de território para uma formulação mais abrangente, que mais tarde seria denominada território de vida, ocorre no contexto pós-geografia clássica, impulsionada pela busca de compreensão das ideias de governança e vitalidade. Nesse viés, essa transição conceitual pode ser observada a partir do estudo de Dallabrida (2016), que aborda o início dos debates nos quais as concepções de governança e governança territorial assumem centralidade, uma vez que o desenvolvimento passa a ser compreendido também como gestão e/ou autogestão, planejamento, participação, conflitos, decisões, e disputas.

Nesse sentido, destaca-se a relevância de congressos que questionaram a concepção de governança, promovendo debates que contribuíram para o entendimento desse conceito para além de uma lógica estritamente gerencial, enfatizando a participação conjunta. Essa compreensão ganha força a partir do Congresso Mundial de Parques da IUCN, realizado em 2003, que introduziu o conceito de governança das áreas protegidas e passou a enfatizar a qualidade da governança, a equidade e a participação de povos indígenas, comunidades locais e arranjos compartilhados como elementos centrais. (Borrini-Feyerabend; Jaeger, 2024).

Nesse mesmo tempo, a vitalidade também passa a ser compreendida como um atributo que qualifica a sustentabilidade dos processos locais, remetendo à capacidade dos arranjos de governança de se manterem ativos e adaptáveis ao longo do tempo. A vitalidade institucional é, assim, entendida a partir de cinco características interdependentes: a adaptabilidade estratégica às mudanças, a criatividade e a autonomia coletiva, a conectividade e a cooperação em redes, a valorização dos saberes oriundos da experiência local e a sustentação de valores coletivos orientados ao longo prazo (Borrini-Feyerabend; Jaeger, 2024).

Ao considerar esses cinco componentes da vitalidade institucional, amplia-se o entendimento das práticas que estruturam os saberes ambientais, especialmente no que se refere à autonomia coletiva e à sustentação de valores. É após essa busca por compreender o que é vivido e reconhecido como “vivo” que os debates avançam para a incorporação de pautas políticas vinculadas aos direitos indígenas e às agendas de preservação. Essas pautas podem ser analisadas na obra de Ricardo (2000), que apresenta um panorama das políticas indígenas e indigenistas entre os anos de 1996 e 2000, evidenciando tanto a ampliação da visibilidade das causas indígenas quanto as tensões que acompanharam esse processo.

Nesse contexto, destaca-se a reflexão do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, citada por Ricardo, ao afirmar que “o reencontro entre índios e brancos só se pode fazer nos termos de uma necessária aliança entre parceiros igualmente diferentes, de modo a podermos, juntos, deslocar o desequilíbrio perpétuo do mundo um pouco mais para a frente, adiando assim o seu fim” (VIVEIROS DE CASTRO, 2000 apud RICARDO, 2000, p. 54).

É nesse cenário de fortalecimento das articulações políticas e epistemológicas entre diferentes sujeitos e modos de vida que passam a emergir iniciativas voltadas à sistematização e ao reconhecimento dos chamados territórios de vida. Nesse processo, destaca-se a criação do Consórcio ICCA, oficialmente estabelecido na Suíça em 2010, responsável por articular e gerir registros globais dessas iniciativas, reunindo representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais em diferentes países (IEB, 2022).

No contexto brasileiro, a adaptação da sigla TICCA, derivada do conceito internacional ICCA, correspondente a Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais, reflete a incorporação dessas discussões em âmbito nacional (IEB, 2022). Desse modo, a sigla TICCA possui sentido praticamente equivalente ao da sigla original, ICCA, que descreve territórios de vida como “territórios e áreas governadas, administradas e conservadas por povos indígenas e por comunidades locais e tradicionais guardiãs” (SAJEVA; BORRINI-FEYERABEND; NIEDERBERGER, 2019, p. 5).

Faz-se necessário, portanto, enfatizar o panorama nacional das áreas preservadas, tendo em vista que o Brasil é um dos países que compõem e possuem representantes nessa discussão. Desse modo, Maretti e Simões (2020) destacam que, no contexto brasileiro, o reconhecimento dos TICCA's está vinculado aos debates internacionais, especialmente após o Congresso Mundial de Parques de Durban (2003), que impulsionou o reconhecimento do papel das comunidades indígenas e tradicionais na gestão territorial e contribuiu para a incorporação dessas discussões nas políticas e experiências nacionais.

Os autores apontam ainda que esse reconhecimento resultou de processos articulados entre diferentes comissões da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e de debates internacionais que avançaram para a incorporação explícita dos povos indígenas como sujeitos centrais da gestão territorial. Destacam também que, no contexto latino-americano e brasileiro, eventos como o Congresso de Bariloche (2007) contribuíram para consolidar a compreensão dos territórios indígenas como unidades de conservação vinculadas aos modos de vida e às cosmologias locais, evidenciando limites das abordagens tecnicistas que tendem a fragmentar os sistemas de governança (MARETTI; SIMÕES, 2020).

A trajetória apresentada neste referencial evidencia, inicialmente, que o conceito de território vai além da dimensão de um lugar físico; posteriormente, destacou-se a ampliação do conceito desde as contribuições da geografia clássica até as abordagens contemporâneas, culminando nas discussões sobre governança territorial e vitalidade institucional, ideias que se mostraram essenciais para o sentido hegemônico de territórios de vida desenvolvido no âmbito do ICCA e, em seguida, incorporado, em contexto nacional, como TICCA.

Entretanto, faz-se necessário integrar às discussões a influência de processos que, ao longo do tempo, reconfiguram os sentidos do território, especialmente aqueles associados à globalização, à consolidação do meio técnico, científico e informacional e à intensificação dos conflitos socioambientais contemporâneos, diretamente vinculados aos atuais modelos de desenvolvimento. Assim, destaca-se Milton Santos, geógrafo brasileiro que dedicou parte significativa de sua produção à análise do espaço geográfico como resultado histórico das interações entre agentes sociais, econômicos e políticos, em um mundo globalizado marcado pela intensificação dos fluxos e pela expansão das lógicas capitalistas (MORAES, 2013).

Nesse sentido, o geógrafo demonstra que o território não pode ser analisado dissociado das dinâmicas econômicas da modernidade, uma vez que esses processos redefinem os espaços de vida e tensionam as formas locais de existência. Essa perspectiva é evidenciada quando Milton Santos afirma que “O conteúdo do território mudou, com a globalização, seja o conteúdo demográfico, o econômico, o fiscal, o financeiro, o político.” (SANTOS, 2009, p. 12). Assim, embora essa contribuição seja relevante, ainda permanece pouco incorporada às formulações conceituais e às abordagens analíticas atuais sobre territórios de vida.

Além disso, no contexto dos territórios de vida, eixo central desta pesquisa, a consideração dos sistemas econômicos, políticos e sociais que estruturam o mundo contemporâneo conduz o debate a problematizações críticas, tornando inevitável a análise de suas implicações concretas, entre elas os conflitos socioambientais decorrentes da expansão de atividades extrativas, da financeirização da natureza e da imposição de modelos econômicos. Nesse viés, Costa e Pinto (2025), ao tomarem a obra de Milton Santos como referência central, evidenciam a preocupação do autor com as assimetrias produzidas pela globalização e com a divisão desigual de funções entre países centrais e periféricos, destacando suas críticas às relações de poder que configuram os chamados “lugares que mandam” e “lugares que fazem” na organização do espaço mundial.

É a partir dessa busca por incluir os condicionantes contemporâneos na análise, extrativismo, capitalismo e conflitos socioambientais, que o presente estudo propõe compreender os territórios de vida em uma perspectiva crítica, capaz de articular suas bases conceituais às contradições históricas, políticas, econômicas e socioambientais que atravessam os espaços vividos.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Delineamento**

A metodologia adotada neste trabalho consistiu na realização de uma revisão de escopo, conduzida conforme as diretrizes propostas pelo Joanna Briggs Institute (JBI), conforme descrito no *Manual for Evidence Synthesis* (Aromataris; Munn, 2024). A revisão de escopo foi escolhida por sua adequação ao objetivo de mapear e organizar a produção científica acerca do conceito de territórios de vida, permitindo identificar como o tema tem sido abordado na literatura latino-americana.

A revisão foi desenvolvida de acordo com as recomendações metodológicas para esse tipo de estudo, contemplando as seguintes etapas: definição da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de elegibilidade; elaboração da estratégia de busca; identificação e seleção das fontes de evidência; e extração e organização dos dados.

Para a análise dos dados, realizou-se uma análise qualitativa de natureza descritivo-interpretativa. Após a constituição do corpus final, essa etapa teve como finalidade compreender os sentidos atribuídos ao conceito de territórios de vida e identificar tensionamentos críticos presentes na literatura analisada.

#### **3.2 Formulação da Pergunta de Revisão de Escopo**

De acordo com o referencial metodológico do Joanna Briggs Institute (JBI), essa etapa deve seguir a estrutura PCC (População, Conceito e Contexto), que permite delimitar de forma clara os elementos centrais da investigação e garantir coerência entre o objetivo do estudo e os critérios de inclusão das fontes de evidência (AROMATARIS; MUNN, 2024).

A partir dessa estrutura, definiu-se a seguinte pergunta principal da revisão de escopo: Como o conceito de territórios de vida se relaciona com a análise crítica de conflitos socioambientais contemporâneos?

Quadro 1 – Estrutura PCC da pergunta de revisão de escopo

Elemento	Descrição	Aplicação ao estudo
P (População)	Grupo ou categoria de interesse que será investigada.	Povos indígenas e comunidades tradicionais vinculados a territórios de vida.
C (Conceito)	Ideia central ou fenômeno a ser mapeado.	Conceito de territórios de vida e suas abordagens críticas, com ênfase na análise de conflitos socioambientais contemporâneos.
C (Contexto)	Circunstâncias, ambientes ou cenários nos quais o fenômeno ocorre.	Contexto das dinâmicas dos modelos econômicos contemporâneos que influenciam e tensionam os territórios de vida na América Latina, especialmente no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Aromataris e Munn (2024).

### 3.3 Critérios de inclusão

1) Tipos de participantes: Serão incluídos estudos que abordem povos indígenas e comunidades tradicionais da América Latina, especialmente do Brasil, em suas diversas expressões sociais e culturais, tais como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, pescadores, camponeses e assentados da reforma agrária, desde que vinculados à discussão sobre territórios de vida (ICCA/TICCA) ou a conflitos socioambientais relacionados à territorialidade. Não haverá restrição quanto à faixa etária ou gênero dos participantes.

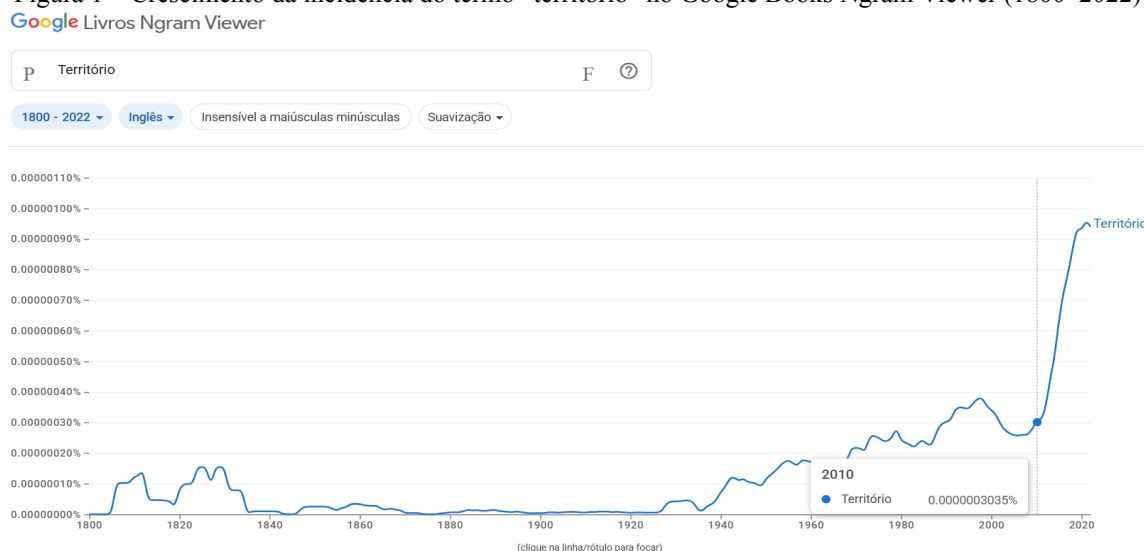
2) Conceito: Serão incluídas produções que discutam o conceito de territórios de vida (ICCA/TICCA) e suas abordagens críticas, especialmente quando articuladas a conflitos socioambientais contemporâneos, disputas territoriais, pressões de modelos econômicos e transformações nas dinâmicas territoriais. Serão excluídos estudos que tratem o território apenas como espaço físico ou administrativo, sem abordagem conceitual ou crítica, bem como aqueles que não dialoguem com o referencial de territórios de vida ou com conflitos socioambientais.

3) Contexto: Serão incluídas pesquisas que analisem conflitos socioambientais relacionados à mineração, expansão agropecuária, grandes empreendimentos, disputas fundiárias, financeirização da natureza ou outras formas de pressão territorial que afetam povos indígenas e comunidades tradicionais. Estudos situados em contextos urbanos poderão

ser incluídos quando abordarem processos de desterritorialização, reterritorialização ou conflitos envolvendo populações tradicionais.

4) Tipos de fontes de evidência: Foram aplicados filtros para restringir os resultados a artigos científicos com acesso integral, sem limitação de idioma, considerando o recorte temporal de 2010 a 2026. A delimitação justifica-se pela consolidação, a partir da década de 2010, do debate internacional sobre territórios de vida (ICCA/TICCA). Análise exploratória no Google Books Ngram Viewer indicou aumento na incidência do termo “território” a partir de 2010, evidenciando maior centralidade do debate territorial no período posterior à definição internacional do conceito. Ressalta-se que a série histórica da ferramenta abrange até 2022, razão pela qual o gráfico apresentado se limita a esse intervalo.

Figura 1 – Crescimento da incidência do termo “território” no Google Books Ngram Viewer (1800–2022)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Google Books Ngram Viewer (2026).

### 3.4 Estratégia de busca

Inicialmente, foi realizada uma análise exploratória para identificar a base de dados mais adequada ao escopo da revisão. Optou-se pela utilização da base Periódicos CAPES, por sua ampla cobertura multidisciplinar e acesso a revistas científicas nacionais e internacionais.

A busca na base de dados Periódicos CAPES foi realizada utilizando seis expressões de pesquisa distintas, com a opção “é (exato)” no campo de escopo, a fim de garantir precisão na recuperação dos resultados e evitar variações terminológicas.

As expressões pesquisadas e seus respectivos resultados foram:

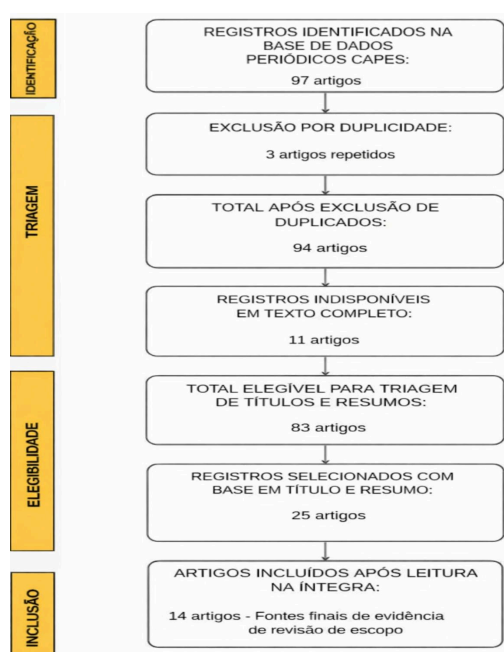
“Território de vida” – 70 artigos;

- “Território e vida” – 3 artigos;
- “Territory of life” – 18 artigos;
- “Territory and life” – 6 artigos;
- “Território de vida e comunidades tradicionais” – 0 artigos;
- “Território de vida e América Latina” – 0 artigos;
- “Território de vida e comunidades indígenas” – 0 artigos
- “Territory of life and traditional communities” – 0 artigos
- “Territory of life and Latin America” – 0 artigos
- “Territory of life and Indigenous communities” – 0 artigos

### 3.5 Seleção da fonte de evidência

O processo de seleção das fontes de evidência foi conduzido em etapas sequenciais e organizadas, iniciando pela verificação e organização dos artigos encontrados, o que possibilitou identificar e excluir as publicações duplicadas e aquelas indisponíveis para download em texto completo. Em seguida, procedeu-se à triagem dos títulos e resumos, etapa destinada à identificação dos estudos potencialmente relevantes. Na sequência, realizou-se a leitura integral dos textos selecionados, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos para determinar as fontes que compuseram a revisão. A quantidade exata foi identificada no fluxograma de seleção, conforme o modelo PRISMA-ScR abaixo.

Figura 2 – Fluxograma de seleção de artigos



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

### **3.6 Extração de dados**

Para cada artigo, foram coletadas as seguintes informações: título, autor(es) e ano de publicação, revista, metodologia, objetivos, palavras-chave e principais resultados.

Em alguns casos, os objetivos e resultados principais não estavam explicitamente descritos. Nessas situações, procedeu-se a uma análise interpretativa, identificando o objetivo de forma geral a partir do conteúdo do artigo, bem como as conclusões e inferências possíveis após a leitura. Os dados obtidos foram organizados em um quadro apresentado no apêndice, reunindo os 14 artigos que foram selecionados para a análise final de dados.

## **4. ANÁLISE DE DADOS**

### **4.1 Análise temática do conceito de territórios de vida**

Ao articular os elementos centrais da concepção hegemônica de territórios de vida, constrói-se uma base descritiva consistente que subsidiará a análise crítica desenvolvida na seção seguinte, contribuindo não apenas para o aprofundamento dos fundamentos teóricos do conceito, mas também para a compreensão de sua relação com a discussão inicial sobre conflitos socioambientais atuais. Todas as ideias a seguir são fundamentadas nos elementos estruturantes definidos pelo Consórcio ICCA, segundo Sajeva, Borrini-Feyerabend e Niederberger (2019, p. 5).

O primeiro elemento trazido pelos autores determina que, para serem territórios de vida, deve existir uma conexão estreita entre a área e seus povos indígenas guardiões ou comunidade local, a qual geralmente está ligada à história, ao perfil social e cultural, à espiritualidade e à dependência das pessoas em relação ao território para seu bem-estar material e imaterial. Nesse sentido, essa ideia aprofunda o que foi apresentado por Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), no sentido de que o território é compreendido como algo que transcende o espaço físico, desdobrando a dimensão de vínculo territorial em complementos como enraizamento histórico, identidade sociocultural e conexão profunda com o espaço.

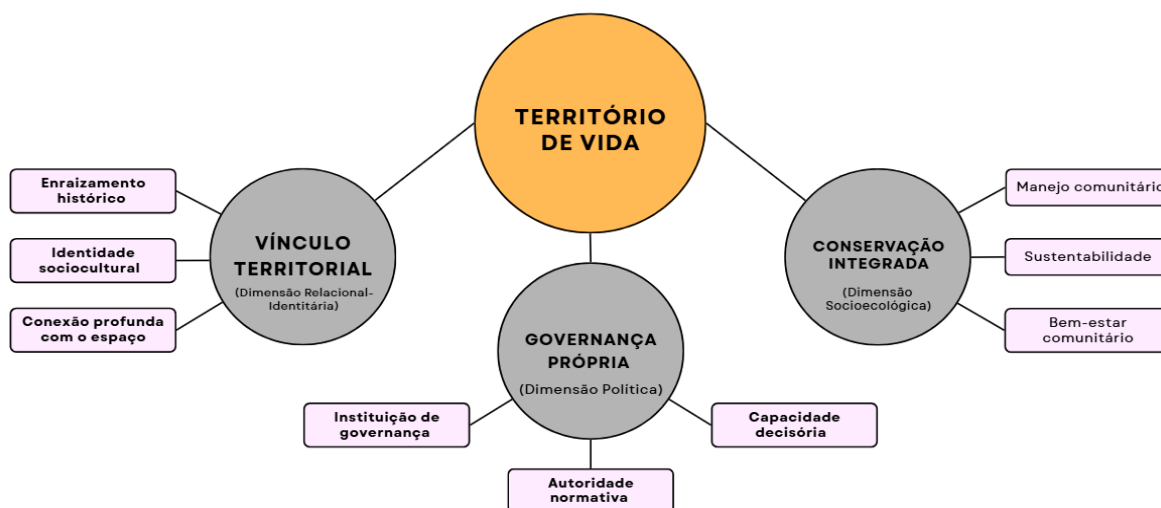
Em continuidade ao pensamento dos autores, o segundo elemento descreve que a comunidade guardiã aplica, sozinha ou em conjunto com outros atores, decisões e regras sobre o território por meio de uma organização governamental em funcionamento, a qual pode ou não ser reconhecida por agentes externos ou pela legislação vigente do país. Nesse

sentido, entende-se que a dimensão subsequente refere-se a uma governança própria, podendo se desdobrar em instituição de governança com capacidade decisória e autoridade normativa, ou seja, a legitimidade e o reconhecimento, inclusive por instâncias estatais.

Por fim, o terceiro elemento descreve decisões e regras de governança, por exemplo, relativas ao acesso e ao uso da terra, da água, da biodiversidade e de outras dádivas da natureza, e os esforços de gestão do povo ou comunidade envolvida contribuem, de modo geral, positivamente para a conservação da natureza (ou seja, para a preservação, o uso sustentável e a restauração, conforme apropriado, de ecossistemas, habitats, espécies, recursos naturais, paisagens e áreas marinhas), bem como para os meios de subsistência e o bem-estar da comunidade. Portanto, entende-se que esse conjunto de ações de conservação integrada, descritas pelo ICCA, se dá pelo respeito das comunidades tradicionais à própria autonomia, sendo desdobrado para saúde coletiva e pela continuidade da sustentabilidade.

Portanto, dada a apresentação completa dos elementos que constituem o conceito hegemônico, construiu-se, a partir deles, um desmembramento de suas fundamentações, indicando suas raízes conforme a formulação oficial. Dessa maneira, a fim de ilustrar ainda mais a análise temática, apresenta-se a representação de toda a descrição na Figura 2.

Figura 3 – Elementos do conceito hegemônico de território de vida e suas dimensões



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

## 4.2 Análise da literatura

Ao analisar o conjunto de artigos selecionados nesta pesquisa, observa-se que a discussão sobre territórios de vida desloca-se de formulações abstratas para a ênfase em

experiências concretas e contestatórias que estruturam o cotidiano das comunidades da América Latina.

Em relação ao componente que evidencia o vínculo territorial pelo qual as comunidades encontram sua ancestralidade, nota-se que a literatura amplia essa discussão ao mostrar que a lógica individualista do capitalismo dificulta a compreensão dessa conexão profunda. Isso é defendido por Jakimiu (2018), que aponta que a Educação do Campo emerge como prática política e pedagógica capaz de fortalecer a identidade, a autonomia e as lutas locais, contrapondo-se ao modelo capitalista excludente. Mesmo no âmbito educacional, a autora argumenta, com base em outras análises bibliográficas, que esse modo de produção incentiva a centralidade do indivíduo, orientada à busca de desenvolvimento econômico e legitimada por discursos que associam essa conexão territorial com à ideia de atraso.

É nesse sentido que a presente análise sustenta que os conflitos socioambientais não se configuram apenas como disputas por recursos, mas também como embates em torno de projetos de vida, de sentidos de território e, inclusive, de sistemas de crenças, sobretudo quando envolvem territórios latino-americanos historicamente submetidos a processos de exploração. Esse argumento é mostrado no estudo *Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina): dinâmicas fronteiriças e conflitos socioterritoriais*, de Lomba (2024), no qual o autor, por meio de pesquisa de campo, analisa dois territórios latinos distintos, mas que vivenciam tensões semelhantes de opressão e aponta a seguinte ideia sobre eles:

Recentemente estão sendo absorvidos por novos grandes projetos capitalistas dentro do contexto de ajustes espaciais. A parte da sociedade mais crítica ou afetada é alijada do processo e desqualificada; alguns, desterritorializados. Isso faz parte do complexo contexto do discurso de desenvolvimento capitalista que rotula os contrários como atrasados (LOMBA, 2024, p. 18).

Em complemento a isso, as obras acadêmicas convergem ao enfatizar essa mesma problemática, como também destaca Jakimiu (2022), ao evidenciar que os processos de expropriação ambiental e cultural, especialmente no contexto do modelo econômico contemporâneo, revelam profundas injustiças estruturais. Nota-se, ainda, uma recorrente centralidade da crítica à lógica capitalista como eixo explicativo dos conflitos socioambientais; entretanto, percebe-se espaço para maior aprofundamento acerca de como ela se manifesta de formas diferenciadas, expressando-se, por vezes, de maneiras preconceituosas e colonialistas, tendo em vista que os próprios artigos já demonstram que esse pensamento tende a classificar tais territorialidades como atraso.

Além disso, a literatura traz como tema recorrente as dificuldades dos grupos em territórios tradicionais em manter sua governança própria, incluindo sua autonomia, suas

formas de produção e sua capacidade decisória. Tal entendimento é afirmado por Mendonça e Júnior (2012), ao impor a discussão de como as transformações no Cerrado brasileiro, decorrentes da modernização agroindustrial, levaram camponeses, famílias sem-terra e trabalhadores rurais a redefinirem a gestão societária do capital e do trabalho, colocando mais obstáculos à luta por um território livre e com suas próprias organizações.

É em exemplos como a agroindustrialização que esse assunto se repete nos estudos, ainda que em regiões diferentes, eles abordam o mesmo contexto de imposição de modelos extrativistas como impeditivos da continuidade da autonomia e da organização dos territórios. Isso é defendido por Zimmermann e Meurer (2020) ao afirmar a existência de uma relação direta entre o agronegócio e a desterritorialização, exemplificando que a instauração desse sistema na região de Restinga Seca-RS impactou a agricultura familiar e o modelo de educação autônomo ali desenvolvido.

Percebe-se, portanto, a constância de exemplos em localidades latino-americanas, sobretudo brasileiras, que ilustram circunstâncias de vulnerabilidade de espaços que vivem em constante luta territorial. Miyashiro e Perehouskei (2016), por exemplo, realizam pesquisas em regiões do sudeste do Mato Grosso sobre grupos tradicionais que disputam sua existência com grandes proprietários de terra, priorizados pelo modelo histórico de concentração de terras no país. O autor afirma que esses grupos não possuem nenhum apoio governamental, dependendo sempre uns dos outros para sobreviver de forma autônoma e manter aquele espaço como lugar de esperança.

Desse modo, a discussão é ampliada para um fator causal da luta territorial e da perda dos modos de vida de autogestão desses espaços, que é o abandono estatal. Isso é afirmado por Filgueira (2020), que, assim como Miyashiro e Perehouskei (2016), afirma que estar em locais de vida é também lutar pelo reconhecimento normativo. Nesse contexto, o autor destaca a seguinte afirmação sobre a região de seu estudo, que são as comunidades quilombolas de Mituaçu – PB:

Os obstáculos à efetivação do direito à terra para as comunidades remanescentes de quilombos refletem as estruturas coloniais de poder, uma vez que o controle sobre o direito à terra tem servido de instrumento de opressão em face das negras e negros desde a instituição da Lei de Terras de 1850 que instituiu a compra da propriedade privada como única forma de acesso à terra (FILGUEIRA, 2020, p. 395).

Semelhante a isso, Higino, Monfort e Gislotti (2023) reforçam a existência dessa omissão estatal, afirmando que o confronto direcionado a determinados grupos e territórios evidencia as nuances das relações de poder que atravessam o Estado. Dessa forma, o conjunto de artigos aponta uma tendência de tratar de disputas territoriais em paralelo à

vulnerabilização dos territórios, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de aprofundar a análise sobre estratégias de defesa adotadas pelo lado mais fraco, considerando que a literatura dá ênfase principalmente ao conflito em si e às consequências sofridas nos modos de vida desses grupos.

Partindo para uma dimensão ambiental, a literatura enfatiza as consequências do extrativismo para os territórios de vida, destacando o impacto sobre a riqueza ecológica que esses espaços detêm e que suas comunidades se esforçam para preservar. Nesse contexto, destaca-se o estudo *O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá* (Mondardo, 2019), que evidencia a luta de uma comunidade indígena submetida a ataques de dizimação promovidos por fazendeiros e milícias, apresentando o seguinte relato de um Kaiowá do Tekoha Guyra Kambi'y: “Jogaram veneno na água da gente para a gente não voltar para o nosso território.” (Entrevista realizada em 27 jun. 2018, apud MONDARDO, 2019, p. 174).

Este artigo demonstra que a disputa pelos sentidos de território e a luta territorial se motivam principalmente pelo interesse dos sistemas e agentes de exploração frente aos recursos naturais, que acabam, inclusive, utilizando esses ataques como instrumentos para a apropriação acelerada desses bens ambientais. Carneiro (2024) defende a resistência em situações de conflitos por terra e água, como no embate pela reforma agrária e na luta contra barragens e mineradoras, creditando aos movimentos sociais o papel de participantes ativos nessa luta.

Ao mesmo tempo em que são apontadas as nuances de conflitos socioambientais, também é recorrente a relevância dos modos tradicionais, com destaque para a agricultura familiar. Dessa forma, Fonseca e Silva (2024) destacam que a agricultura familiar paraense, por ser complexa e multidimensional, envolvendo todo o manejo comunitário, contrapõe-se à repetição acrítica da perspectiva setorial e ao padrão de “modernização” da agricultura, que pouco contribui para o fortalecimento dos saberes locais, considerados de fato valiosos.

Ressalta-se, portanto, que a pluralidade de formas de uso e significados dos territórios de vida, incluindo a apropriação de recursos naturais pelos modelos extrativistas, configura uma dimensão de disputa sobre os recursos. Desse modo, isso é confirmado por Santos (2017) ao afirmar que essa diversidade de formas de uso e significados conferidos ao território vai ser responsável, a propósito, pela consolidação de disputas por meio da imposição de formas específicas de apropriação territorial, de controle e uso de recursos.

Nesse sentido, a agricultura familiar, além de promover segurança alimentar e fortalecer a economia e autonomia local, é também uma prática de cuidado e preservação da natureza. Silva e Silva (2023) destacam, portanto, a rede ecológica de Itapuã como um conjunto de relações entre natureza, pessoas e modos de cuidado que mantêm a habitabilidade do regional e afirmam que essas práticas estão vinculadas “principalmente às cosmogonias indígenas e afro-brasileiras e nadam contra as correntes de devastação e o pensamento modernizador na luta por manter seus lugares de vida” (Silva e Silva, 2023, p. 19). Observa-se uma tendência de integração entre pesquisas sobre resistência e disputas por recursos, contudo, ainda há espaço para aprofundar a análise da relação entre essas formas de resistência e a busca por justiça frente às desigualdades históricas.

De modo sintético, a análise do conjunto de artigos selecionados permitiu identificar alguns eixos centrais recorrentes na literatura. Primeiramente, verificou-se a centralidade da crítica à lógica capitalista como elemento estruturante das análises sobre conflitos socioambientais, especialmente no que se refere à desterritorialização, à expropriação ambiental e à deslegitimação de crenças, projetos de vida e modos culturais. Trata-se de uma questão frequente em territórios historicamente explorados, o que justifica o número significativo de estudos voltados ao contexto da América Latina, especialmente do Brasil.

Outro resultado frequente diz respeito às dificuldades enfrentadas por comunidades tradicionais na manutenção de sua autonomia, governança e formas próprias de produção, frequentemente tensionadas pela expansão do agronegócio, da agroindustrialização e de outros modelos extrativistas. Associado a isso, destacou-se a presença de omissões e limitações na atuação estatal, sobretudo no que se refere ao reconhecimento normativo e à garantia do direito à terra, o que agrava ainda mais a constante luta territorial.

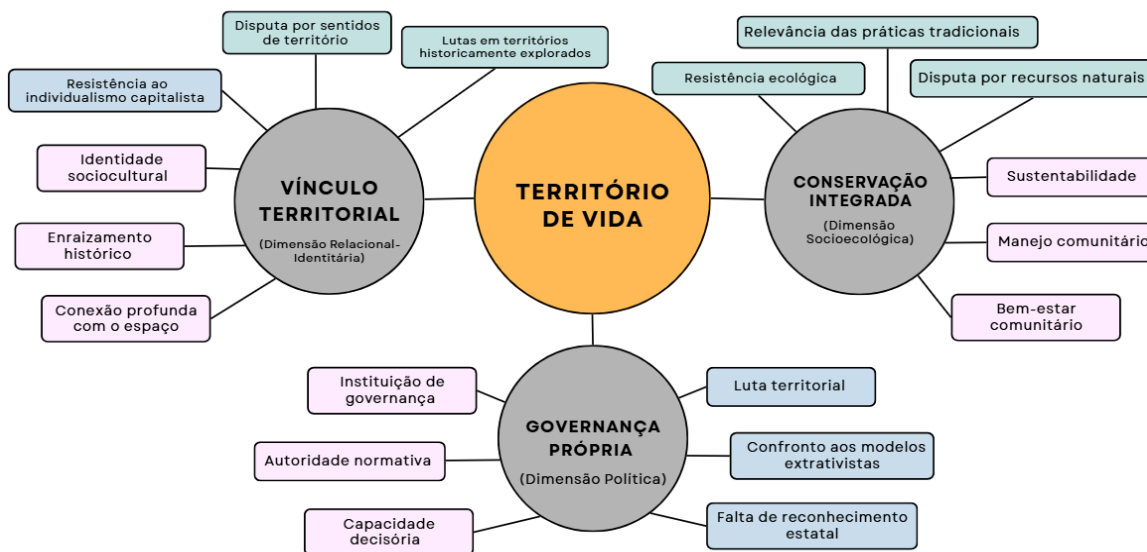
No âmbito ambiental, identificou-se a ênfase nos impactos do extrativismo sobre a biodiversidade e sobre os modos de cuidado e preservação desenvolvidos por comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares. A agricultura familiar, em especial, emerge como importante prática tradicional, articulando resistência ecológica, preservação da biodiversidade, segurança alimentar e reprodução sociocultural.

Fica evidente, portanto, que o conceito hegemônico de território de vida, quando articulado às perspectivas críticas que orientam os conflitos socioambientais, converte-se em território de luta, disputa e resistência para os povos indígenas e para as comunidades locais e tradicionais, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, esta pesquisa revela-se pertinente ao sustentar a compreensão de que o conceito de território de vida, formulado pelo Consórcio

ICCA em 2010, precisa passar por uma expansão conceitual, a fim de não silenciar as vivências concretas das comunidades.

Apresentando os elementos que fundamentaram a proposta do conceito hegemônico e a inserção de novas categorias resultantes da análise, as quais justificam essa ampliação, ilustra-se a situação na Figura 3.

Figura 4 – Conceito de território de vida após a incorporação das vertentes críticas socioambientais analisadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como problema central compreender como o conceito de territórios de vida se relaciona com a análise crítica de conflitos socioambientais contemporâneos no contexto latino-americano, especialmente no brasileiro. Partiu-se da constatação de que, embora o conceito formulado pelo ICCA Consortium tenha alcançado reconhecimento internacional como ferramenta de valorização da governança territorial comunitária, ainda há lacunas no que se refere à incorporação de perspectivas críticas capazes de tensionar as estruturas econômicas e políticas que produzem conflitos nesses territórios.

O objetivo geral consistiu em analisar o conceito de territórios de vida para além das abordagens estritamente conceituais, incorporando perspectivas críticas latino-americanas, com ênfase no contexto brasileiro. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) compreender os fundamentos teóricos do conceito e seus elementos estruturantes; e (ii) identificar vertentes críticas que relacionam territórios de vida aos conflitos socioambientais contemporâneos.

No referencial teórico, demonstrou-se que o conceito de território ultrapassa a dimensão físico-administrativa, assumindo caráter simbólico, relacional e identitário, conforme discutido por autores da geografia clássica e crítica. Evidenciou-se que o sentido hegemônico de territórios de vida, consolidado a partir dos debates internacionais, estrutura-se em três pilares fundamentais: vínculo profundo entre comunidade e território; governança própria; e contribuição positiva para a conservação da natureza. Contudo, à luz das contribuições de Milton Santos, argumentou-se que tais formulações tendem a subestimar as dinâmicas estruturais da globalização e do capitalismo contemporâneo que reconfiguram os usos e os sentidos do território.

Metodologicamente, optou-se pela realização de uma revisão de escopo, a qual, após o cumprimento das etapas sequenciais previstas nesse tipo de estudo, permitiu mapear os trabalhos de interesse e organizá-los de modo a identificar os principais enfoques presentes na literatura. A partir do conjunto de estudos selecionados, procedeu-se a uma análise qualitativa de natureza descritivo-interpretativa, com o objetivo de examinar os sentidos atribuídos ao conceito e evidenciar os tensionamentos críticos relacionados aos conflitos socioambientais contemporâneos. A combinação dessas estratégias possibilitou articular o mapeamento da produção acadêmica com uma leitura analítica aprofundada, contribuindo para responder à problemática delineada no estudo.

Foram identificados três eixos recorrentes na literatura. O primeiro refere-se à crítica à lógica capitalista como elemento estruturante dos conflitos socioambientais, especialmente no que diz respeito à deslegitimação de modos de vida em territórios historicamente explorados. O segundo eixo diz respeito aos tensionamentos relacionados à autonomia e à governança própria das comunidades tradicionais, frequentemente confrontadas pela expansão de modelos extrativistas e pela insuficiência do reconhecimento estatal. O terceiro evidencia os impactos do extrativismo sobre a biodiversidade e sobre os modos comunitários de cuidado e preservação, bem como a valorização de práticas tradicionais, como a agricultura familiar, enquanto formas de resistência ecológica, reprodução sociocultural e afirmação territorial.

Esses resultados permitiram sustentar que o conceito hegemônico de territórios de vida não constitui uma formulação inteiramente nova, mas uma sistematização contemporânea de lutas históricas protagonizadas por comunidades indígenas e tradicionais. Embora sua definição formal, consolidada a partir de 2010, representa um avanço no reconhecimento internacional da relevância desses sujeitos e de suas formas próprias de governança territorial, a análise evidenciou que a incorporação das perspectivas críticas recorrentes na literatura é

fundamental para que o conceito não se limite a uma valorização abstrata. Ao integrar as dimensões estruturais dos conflitos socioambientais, especialmente aquelas relacionadas às dinâmicas do capitalismo contemporâneo e às disputas territoriais, o conceito passa a cumprir de maneira mais consistente sua proposta original de fortalecer as comunidades. Caso contrário, corre-se o risco de produzir um reconhecimento formal que, em vez de ampliar a visibilidade das vivências e dos cotidianos desses povos, acabe por silenciar as contradições que atravessam seus territórios.

## REFERÊNCIAS

AROMATARIS, E.; LOCKWOOD, C.; PORRITT, K.; PILLA, B.; JORDAN, Z. (eds.). *JBIManual for Evidence Synthesis*. Adelaide: JBI, 2024. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

BONNEMAISON, J. ; CAMBRÉZY, L. *Le lien territorial: entre frontières et identités.*, Paris: L'Harmattan, 1996. (**Géographies et Cultures; Le Territoire**). Tomo I. Disponível em: <https://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:010010570>. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

BORRINI-FEYERABEND, G.; JAEGER, T. **Territories of life: exploring vitality of governance for conserved and protected areas**. ICCA-GSI with ICCA Consortium, IUCN and UNDP GEF SGP, 2024. Disponível em: <https://volume.territoriesoflife.org>. Acesso em: 03 fevereiro de 2026.

COSTA, Breno Giordane dos Santos; PINTO, Marcelo de Rezende. **A geografia de Milton Santos em estudos de cultura e consumo: um estudo em uma comunidade rural**. FGV. 2025 Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/999636090/Artigo-7-e2024-0150-vol-23-n3-PT>. Acesso em: 03 fevereiro de 2026.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência**. 1. ed. São Paulo: LiberArs, 2016. 101 p. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=2c133d6cd2cb>. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

FARIAS, M. N.; LOPES, R. E. Circulação cotidiana e uma práxis terapêutico-ocupacional social. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200717, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200717>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

FILGUEIRA, Débora Louise. Território de vida e de trabalho: luta pela terra na Comunidade Quilombola de Mituaçu – PB. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n1-026. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/5852/5258>.

FREITAS, André Luis Castro de; FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo. **Educação ambiental crítica: revisitando os pressupostos de Paulo Freire e Enrique Dussel**. Ensino

em Re-Vista, Uberlândia, v. 28, p. 1-20, 2021. Epub 29 jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/er-v28a2021-40>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

FONSECA, Luiz Carlos Neves da; SILVA, Luís Mauro Santos. **A formação socioprodutiva da agricultura familiar amazônica: heterogeneidade social e diversificação produtiva no território paraense**. Novos Cadernos NAEA, Belém, PA, v. 27, n. 2, [p. inicial-final do artigo], 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/15494>. Acesso em: 25 nov. 2025. DOI: 10.18542/ncn.v27i2.15494.

GOTTMANN, Jean. **The Significance of Territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973. Disponível em: [https://www.academia.edu/?h=35905693&welcome=1&from\\_sutd\\_work\\_id=35905693](https://www.academia.edu/?h=35905693&welcome=1&from_sutd_work_id=35905693). Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

GROFF, Altair; ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Por uma agricultura contra-hegemônica: a função social das escolas no território camponês de Restinga Seca, RS**. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 195, 2020. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2020v30nesp2p195.

HIGINO, Luciana Pereira; MONFORT, Gislaine Carolina; GISLOTI, Laura Jane. **Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no sul de Mato Grosso do Sul**. Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 173–192, 2023. DOI: 10.30612/riet.v3i1.15104.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). **TICCAS: reconhecimento para os territórios tradicionais**. [S.l.]: IEB, 2022. Disponível em: <https://iieb.org.br/noticias/ticcas-reconhecimento-para-os-territorios-tradicionais/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. **Injustiça ambiental e as lutas ecológicas no campo brasileiro**. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 17, n. 46 Ago., p. 152–179, 2022. DOI: 10.14393/RCT174607.

JAKIMIU, Camila Campos de Lara. **Educação do campo e a produção de escalas geográficas com e na terra: pensando outro projeto de vida para os povos do campo**. Revista Geografar, 12(2), 268–284, 2018. <https://doi.org/10.5380/geografar.v12i2.54988>.

LOMBA, Roni Mayer. Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina): dinâmicas fronteiriças e conflitos socioterritoriais. Revista NERA, [S. l.], v. 27, n. 3, 2024. DOI: 10.47946/rnera.v27i3.9811. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/9811>. Acesso em: 25 de novembro de 2025.

MIYASHIRO, Shirlei Fernandes de Oliveira; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. Territórios de vida e de esperança nos acampamentos Fortaleza e Renascer na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, Brasil. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 22 Abr., 2016. DOI: 10.14393/RCT112214. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32146>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

MONDARDO, M. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 155, 2019. DOI: 10.48075/amb.v1i2.23305. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23305>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2026.

MARETTI, C. C.; SIMÕES, J. F. **TICCAs: Análise da situação legal e da implementação no Brasil: territórios e áreas de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no Brasil e relações com os conceitos associados aos TICCAs**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2020. 233 p. Disponível em: [https://ispn.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Ticcas\\_Brasil\\_estudo\\_legal.pdf](https://ispn.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Ticcas_Brasil_estudo_legal.pdf). Acesso em: 28 de janeiro de 2026.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre**. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, [S. l.], v. 12, n. 2, 2012. DOI: 10.33026/peg.v12i2.1054. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1054>. Acesso em: 28 de janeiro de 2026.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013. Disponível em: [scielo.br/j/sn/a/kWDCycV7PrWWQ7jDfYqqYnN/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/sn/a/kWDCycV7PrWWQ7jDfYqqYnN/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago: CEPAL, 2015. 124 p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/674dfaa2-fe61-484a-a61f-390330e9174a/content>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

PIMENTEL LINO CARNEIRO, Janaine Daniela. **A dimensão educativa na atuação política: as contribuições da CPT para as (Re)Existências camponesas no Sudeste Goiano**. Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 191–220, 2024. DOI: 10.51359/2675-3472.2023.261348. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/261348>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANCHO PIVOTO DOS SANTOS, Altair. Territórios de “vida” e de “morte”: um olhar sobre os conflitos territoriais associados ao Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 573–588, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i3.50770.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7–13, 2009. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>.

REDAÇÃO REVISTA AMAZÔNIA. MPF acusa Vale de contaminar indígenas com metais pesados no Pará. Revista Amazônia, 28 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaamazonia.com.br/mpf-vale-contaminar-indigenas-metais-para/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

REPAM – Rede Eclesial Pan-Amazônica. **Mineração ilegal em terras indígenas: a ameaça imediata à Amazônia e à vida das comunidades locais**. 11 jun. 2025. Disponível em:

Mineração Ilegal em Terras Indígenas: A Ameaça Imediata à Amazônia e à Vida das Comunidades Locais – REPAM. Acesso em: 29 de janeiro de 2026.

RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. 832 p. Disponível em: Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. | Acervo | ISA. Acesso em: 29 jan. 2026.

SAJEVA, G.; BORRINI-FEYERABEND, G.; NIEDERBERGER, T. **Meanings and more... Policy Brief of the ICCA Consortium**, n. 7. [S.l.]: ICCA Consortium em colaboração com Cenesta, 2019. Disponível em: <https://toolbox.iccaconsortium.org/wp-content/uploads/2020/07/ICCA-Briefing-Note-7-Final-for-websites.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

SILVA, J. B.; SILVA, J, A. **Cuidado Com a Natureza na Paisagem Arrasada de Itapuã, Salvador – BA**. Revista Ouricuri, Brasil, v. 13, n. 2, p. 03–21, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/18690>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

VASCONCELOS, P. de A. **O conceito de território na Geografia**. GeoTextos, v. 20, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/geo.v0i1.60032>.

VAZIRI ZANJANI, Leila; GOVAN, Hugh; JONAS, Holly C.; KARFAKIS, Theodore; MWAMIDI, Daniel Maghanjo; et al. **Territories of life as key to global environmental sustainability**. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 63, p. 1–20, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2023.101298>.

**APÊNDICE A - Síntese dos 14 artigos selecionados para a análise final**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR(ES) E ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>REVISTA</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>PALAVRAS-CHAVES</b>	<b>RESULTADOS PRINCIPAIS</b>
O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá.	Marcos Leandro Mondardo (2019)	AMBIENTES Revista de Geografia e Ecologia Política	Pesquisa qualitativa e quantitativa com bibliografia, documentos, dados, observação em campo e entrevistas	Analisar conflitos territoriais e impactos dos agrotóxicos sobre os Guarani e Kaiowá, comparando território indígena e agronegócio.	Conflitos; Agrotóxicos; Guarani; Kaiowá; Necropolítica	Acampamentos em áreas retomadas e aldeias como Jaguapiru, Bororó, Tey Kuê, Guyraroká e Amambai são os mais afetados pelos agrotóxicos.
Circulação cotidiana e uma práxis terapêutico-ocupacional social	Magno Nunes Farias, Roseli Esquerdo Lopes, (2021)	Interface - Comunicação Saúde Educação	Ensaio teórico; fundamentação no em autores marxistas (Kosik, Heller, Lefebvre) e Jean Gottmann; reflexão crítica sobre cotidiano e circulação e suas implicações na terapia ocupacional social.	Analisar a noção de circulação cotidiana; diferenciar circulação compulsória e emancipatória; oferecer bases teóricas e metodológicas para a prática da terapia ocupacional social voltada a grupos vulneráveis.	Cotidiano; Circulação; Terapia ocupacional; Participação social	Define circulação cotidiana como movimento social que pode ser opressor ou emancipador; propõe intervenção terapêutica baseada em tecnologias sociais, atividades significativas e conscientização.
Territórios de vida e de esperança nos acampamentos Fortaleza e Renascer na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, Brasil	Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro, Nestor Alexandre Pehouskei (2016)	Revista Campo-Território	A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com moradores dos acampamentos Fortaleza e Renascer, focando em análises qualitativas das condições de vida e dinâmicas sociais nos territórios sem-terra.	Investigar as vivências, desafios e perspectivas dos acampados, caracterizando os acampamentos como territórios de vida e esperança rumo à conquista da terra definitiva.	Acampamento . Movimento Social. Reforma Agrária. Território. Luta pela terra.	Apesar das dificuldades estruturais e burocráticas, a maioria dos entrevistados mantém vínculo com o acampamento, acredita na melhoria da qualidade de vida e na possibilidade de transformação social por meio do assentamento.

Território de vida e de trabalho: Luta pela terra na Comunidade Quilombola de Mituaçu – PB	Débora Louise Filgueira (2020)	Brazilian Journal of Development	O estudo utilizou pesquisa qualitativa, análise documental, entrevistas e dados empíricos coletados na comunidade quilombola de Mituaçu-PB para compreender território, identidade e conflitos fundiários.	Investigar como a luta pelo território expressa identidade, resistência e direitos humanos na comunidade quilombola de Mituaçu, evidenciando desafios na regularização fundiária.	Território, Quilombola, Regularização Fundiária.	Constatou-se que Mituaçu mantém forte identidade quilombola, mas enfrenta racismo institucional, poluição ambiental e entraves fundiários, perpetuando desigualdades históricas.
TERRITÓRIOS DE “VIDA” E DE “MORTE”: UM OLHAR SOBRE OS CONFLITOS TERRITORIAIS ASSOCIADOS AO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ, MG	Altair Sancho-Pivoto (2017)	Boletim Goiano de Geografia	O artigo utilizou entrevistas em profundidade e análise documental para compreender o conflito territorial envolvendo a família Miné e a gestão do Parque Nacional da Serra do Cipó.	Investigar o processo de desterritorialização da família Miné decorrente da criação do PARNASC e suas implicações socioespaciais e identitárias.	Unidades de conservação, parque, conflito territorial, Serra do Cipó	O processo de criação do parque resultou na expulsão forçada da família, rompendo seus vínculos territoriais, gerando impactos materiais e simbólicos, além de evidenciar uma postura autoritária do órgão ambiental.
Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina): dinâmicas fronteiriças e conflitos socioterritoriais / Amapá (Brasil) and Santa Cruz (Argentina): border dynamics and socio-territorial conflicts / Amapá (Brasil) y Santa	Roni Mayer Lomba (2024)	REVISTA NERA	O estudo utilizou pesquisa de campo com entrevistas e observações nas regiões do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina), analisando dinâmicas territoriais, conflitos e movimentos socioterritoriais relacionados a grandes projetos econômicos.	Analisar a acumulação capitalista nas zonas de fronteira do Amapá e Santa Cruz e seus impactos socioambientais, focando nas disputas territoriais e nos movimentos sociais decorrentes dos grandes projetos econômicos.	Fronteira; desenvolvimento; disputas.	Os grandes projetos econômicos promovem desterritorialização e conflitos, enquanto movimentos socioterritoriais resistem e reivindicam territórios, apesar de serem marginalizados e desqualificados pelos poderes locais e pelo capital.

Cruz (Argentina): dinâmicas fronterizas y conflictos socioterritoriales						
A dimensão educativa na atuação política: as contribuições da CPT para as (Re)Existências camponesas no Sudeste Goiano	Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro (2024)	Revista Mutirão Folhetim de Geografias Agrárias do Sul	O estudo utiliza pesquisa documental, análise de relatórios da CPT, mapas e entrevistas, destacando o conflito agrário e a dimensão educativa da luta camponesa no Sudeste Goiano.	Analisar a atuação da CPT no Sudeste Goiano, especialmente no conflito da Fazenda Vala do Rio do Peixe, evidenciando a dimensão educativa das (Re)Existências camponesas.	Luta política, educação, CPT, (re)existência camponesa, Sudeste Goiano	Constatou-se que a CPT exerce papel educativo e político crucial, fortalecendo a consciência de classe e a resistência camponesa frente ao agrohidronegócio e às disputas territoriais.
A formação socioproductiva da agricultura familiar amazônica: heterogeneidade social e diversificação produtiva no território paraense	Luiz Carlos Neves da Fonseca, Luis Mauro Santos Silva (2024)	Novos Cadernos NAEA	O estudo utilizou pesquisa de campo (2022-2023) em diferentes mesorregiões do Pará, com entrevistas a agricultores familiares e análise de dados sobre produção e organização social.	Analisar a heterogeneidade social e a diversificação produtiva da agricultura familiar no Pará, destacando seus vínculos territoriais e necessidade de políticas públicas específicas.	Agricultura familiar; grupos sociais; atividades produtivas; Amazônia paraense.	Constatou-se grande diversidade sociocultural e produtiva na agricultura familiar paraense, integrada à natureza, evidenciando sistemas agroflorestais, pluriatividade e potencial para desenvolvimento territorial sustentável.
Mulheres camponesas tecendo redes de apoio mútuo como autodefesa dos corpos-territórios contra a violência patriarcal no sul	Luciana Pereira Higino, Gislaine Carolina Monfort, Laura Jane Gisloti (2023)	Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET	Pesquisa qualitativa com abordagem feminista e anticolonial, realizada com mulheres do assentamento Santo Antônio para compreender suas experiências de violência e redes de apoio mútuo.	Investigar as formas de violência sofridas por mulheres camponesas e identificar as redes de acolhimento que elas constroem para autodefesa no contexto patriarcal rural.	Assentamento , Feminismo, Mulheres, Patriarcado	Mulheres vivenciam múltiplas violências, principalmente verbal, mas encontram apoio e acolhimento principalmente entre companheiras do assentamento, formando redes comunitárias de resistência.

de Mato Grosso do Sul						
Por uma agricultura contra-hegemônica: a função social das escolas no território camponês de Restinga Seca, RS	Altair Groff, Angelita Zimmermann, Ane Carine Meurer (2020)	Caderno de Geografia	O estudo utilizou análise documental e revisão bibliográfica para investigar a relação entre o agronegócio e o fechamento das escolas do campo em Restinga Seca (RS), enfocando impactos sociais e territoriais.	Analisar como o agronegócio impulsionou a desterritorialização e o fechamento das escolas do campo, evidenciando os efeitos da modernização agrícola sobre o modo de vida camponês.	Restinga Seca/RS, agricultura, educação do campo, desterritorialização de escolas do campo	Identificou-se que a expansão do agronegócio promoveu a concentração fundiária, o êxodo rural e o fechamento das escolas rurais, comprometendo a permanência e a cultura dos camponeses na região.
Injustiça ambiental e as lutas ecológicas no campo brasileiro	Camila Campos de Lara Jakimiu (2022)	Revista Campo-Território	Análise qualitativa baseada em revisão bibliográfica e documental sobre movimentos sociais camponeses e comunidades tradicionais no campo brasileiro.	Investigar as lutas ecológicas no campo brasileiro como expressão de resistência e busca por justiça ambiental diante da expropriação e injustiça ambiental.	Injustiça Ambiental, Lutas Ecológicas, Campo Brasileiro, Questão Agrária, Agronegócio	As lutas no campo articulam resistência e re-existência, combinando demandas agrárias, territoriais e ambientais, configurando-se como movimentos emancipatórios e pela defesa da vida.
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PRODUÇÃO DE ESCALAS GEOGRÁFICAS COM E NA TERRA: PENSANDO OUTRO PROJETO DE VIDA PARA OS	Camila Campos de Lara Jakimiu (2018)	Revista Geografar	O artigo analisa teoricamente a Educação do Campo a partir de revisão bibliográfica, enfocando a produção de escalas geográficas e projetos de vida dos povos do campo.	Investigar como a Educação do Campo contribui para a resistência e a construção de um projeto de vida autônomo e contra-hegemônico para os povos do campo.	Educação do Campo, Desenvolvimento, Escala.	A Educação do Campo emerge como prática política e pedagógica que fortalece a identidade, autonomia e lutas sociais locais, contrapondo-se ao modelo capitalista excludente.

POVOS DO CAMPO						
TRABALHO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO: OS POVOS CERRADEIROS NA LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE	Marcelo Rodrigues Mendonça, Antônio Thomaz Júnior (2012)	PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho	Estudo qualitativo baseado em revisão teórica e análise crítica de produções acadêmicas e experiências de movimentos sociais sobre a questão agrária e as transformações no trabalho.	Analisar como as transformações do capital impactam o modo de vida dos trabalhadores rurais e a Reforma Agrária, apontando a necessidade de ação política para superação do capitalismo.	Camponeses e trabalhadores da terra; classe trabalhadora; unicidade orgânica do trabalho; Povos Cerradeiros.	Constatou-se que a luta pela terra e pela Reforma Agrária adquire novo sentido político, mas enfrenta limites impostos pela hegemonia do capital e pela fragmentação da classe trabalhadora.
Cuidado Com a Natureza na Paisagem Arrasada de Itapuã, Salvador – BA	J.B. Silva, Arina Borges Vital e Silva (2023)	Revista Ouricuri	O estudo foi realizado por meio de visitas, caminhadas e conversas com moradores e grupos comunitários em Itapuã entre 2019 e 2020, com registros fotográficos para documentar práticas locais de cuidado ambiental.	Investigar e narrar criticamente as práticas de cuidado com a natureza no bairro de Itapuã diante da crise social, ambiental e urbana provocada pela urbanização colonialista.	Paisagem urbana, crise climática, ética ecológica, recuperação ambiental	Identificou-se uma rede biocultural resistente que realiza ações de regeneração ambiental e cuidado comunitário das águas, matas e quintais, desafiando as políticas ambientais convencionais e promovendo a sustentabilidade local.